



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 6ª reunião Ordinária

1 No dia oito do mês de abril de dois mil e quinze, as quatorze horas, membros do Conselho reuniram-se  
2 na sala de reuniões do Centro Público de Economia Solidária, para a 6ª Reunião Ordinária deste  
3 Conselho, Gestão 2014-2016, com a seguinte pauta: 1-Discussão sobre horário de funcionamento dos  
4 CMEI; 2-Encaminhamentos para o processo da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;  
5 3-Informe sobre a reestruturação do CEDM e da Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto pelo  
6 Enfrentamento da Violência Contra a Mulher; 4-Apresentação dos trabalhos das comissões; 5-Informes  
7 Gerais. Estavam presentes as (os) conselheiras (os): Rosalina Baptista, Antônia Francisca de Araújo,  
8 Marisse Costa de Queiroz, Sônia Aparecida Pinheiro Pereira, Teresa Mendes de Souza, Marília  
9 Bitencourt Mercer, Vany Kie Ito, Margareth Cipolla, Elisabete Tieko Ieda, Luciane dos Santos, Tamara  
10 Vieira, Pamela Cristina Salles Pereira, Tônia Rejane Silva Felix, Alexander Korgut, Lilian de Fátima M.  
11 Nelessem, Eric Carlos de Mari, Cristina Rossi, Patricia Mary Ap. Ferri Raboni. Os convidados Elaine  
12 Galvão, Lucimara F. Silva. Justificaram ausência as conselheiras Sônia Maria Lima Medeiros, Nanci  
13 Kemmer de Moraes, Ana Cláudia Moreira Ribeiro, Aparecida Regiane Portieri. A presidente do  
14 CMDM, Sra. Rosalina inicia a reunião dando boas-vindas e agradece a presença de todos (as). Sra  
15 Rosalina questiona se algum(a) conselheiro (a) tem algum ponto de pauta e a conselheira Luciane dos  
16 Santos solicita a inclusão de pauta sobre denúncia de escola de ensino fundamental próxima a sua casa,  
17 da qual ela é representante da Associação de Pais e Mestres, relata que está acontecendo agressões de  
18 meninos contra as meninas, sendo que uma menina levou uma pedrada na boca, e que os professores da  
19 escola estão solicitando uma ajuda de como agir com estas crianças e diz que a escola está aberta a  
20 receber ajuda. Elaine sugere que no final da reunião será discutido sobre as comissões e que esta  
21 demanda poderia ser discutida na Comissão de Educação. Em seguida passou-se para os assuntos de  
22 pauta: **1. Aprovação da Ata:** Aprovação da ata pelas (os) conselheiras (os) presentes. **2. Horário de**  
23 **Funcionamento dos CMEIs:** Sra. Tônia Rejane Silva, representante da Secretaria Municipal de  
24 Educação neste conselho informa que a Gerente de Educação Infantil, Sra. Ludmila, não pode  
25 comparecer a esta reunião e que ela a representará. Sra. Tônia relata que recebeu o ofício do CMDM que  
26 solicita esclarecimentos sobre a mudança de horários das creches municipais e informa que conforme foi  
27 explicado na reunião anterior, este ajuste de horário vem desde o ano passado, através de reuniões com  
28 os pais, para que estes fossem se adaptando com o horário, pois teriam que se adequar com a Lei  
29 12.796/2013, sancionada em 2014, para se adequar com as diretrizes da LDO no artigo 29, que fala  
30 sobre a educação infantil e no artigo 31, que menciona que a educação infantil será organizada de  
31 acordo com as seguintes regras e uma delas é a carga horária mínima anual de 800 horas distribuídas por  
32 200 dias de trabalho e carga horária de 04 horas para atendimento parcial e 07 horas para atendimento  
33 integral. A Secretaria Municipal de Educação entende que 07 horas é pouco e então solicitou junto ao  
34 Conselho de Educação para ampliar o horário para 10 horas de acordo com algumas reclamações e  
35 também para atender as demandas, portanto se adequou para 10h30 para atender as reivindicações das  
36 mães. As CMEIs estão pautadas em uma Lei que preconiza em 07 horas de funcionamento e Londrina  
37 não depende somente da Lei Federal, pois os conselhos delegam também. Há unidades que atendem das  
38 07h30 às 18h00 e outras das 08h00 às 18h30, não é um horário único, depende da região e da CMEI,  
39 conforme a demanda e necessidade das mães. Diz que a SME está à disposição quando recebe uma  
40 denúncia. A conselheira Marisse questiona se estas novas regras valem para as creches que são  
41 conveniadas. Sra. Tônia informa que as CMEIs conveniadas ficam por conta da mantenedora desde que  
42 atendam 10 horas de funcionamento. A conselheira Margarete relata que a sua neta está na CMEI  
43 Walter Okano, e que a mãe da criança entra no trabalho as 06h45, é enfermeira, a CMEI abre as 07h30,  
44 a mãe levou comprovante de que tem que entrar neste horário e que o esposo entra as 07h18. Levaram  
45 comprovação e não foram atendidos pela CMEI. A Conselheira Tônia esclarece que a CMEI hoje é para  
46 a criança e não está vinculada se a mãe trabalha ou não e sugere que a Margarete dirija-se a Ouvidoria  
47 da SME. De fato os professores entram as 07h00 pois eles têm que fazer hora atividade. Rosalina diz  
48 que não sabia desta Lei Federal e que é relativo a mulheres e que deveria ter encaminhado para o



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 6ª reunião Ordinária

49 CMDM e relata que sabe que tem ações que o controle social ajuda na melhoria das Políticas Públicas.  
50 Tem CMEI que abre para o diálogo e outras não, sabe que tem denúncias de CMEI que quando passa do  
51 horário de saída o Conselho Tutelar é acionado. E sugere que quando houver Conferência Municipal da  
52 Educação deve ser discutido este assunto com a população. Sra. Tônia informa que a conferência está  
53 prevista para o mês de Agosto. Sra. Elaine relata que é uma Lei Federal e sabemos que temos várias  
54 situações com funcionários, horas extras, guarda, etc. É um assunto complexo, temos que ver quem  
55 mora na periferia e tem que pegar ônibus, temos que ver a realidade das pessoas e principalmente as  
56 mulheres e a creche é uma questão de política pública para as mulheres e o Estado tem que garantir que  
57 estas crianças estejam nas escolas para que as mães trabalhem, o Estado tem que prover este suporte.  
58 Pensa que esta é uma demanda de nível nacional e sugere que este tema seja de estudo para a Comissão  
59 de Educação e começar a levar este assunto para as Conferências Municipais, Estaduais e Federais.  
60 Marisse agradece os esclarecimentos e diz que o que estamos discutindo aqui toca em muitas políticas  
61 públicas que tem a ver com os direitos das mulheres, e questiona se nestas novas adaptações de  
62 funcionamento das CMEIs tem alguma resolução municipal ou foi feita só com base na federal. Tônia  
63 diz que está sendo feito uma minuta para legalizar a nova situação, pois Londrina é um sistema e o  
64 Conselho também decide. Marisse sugere se é possível ter um representante do CMDM ou da Secretaria  
65 Municipal de Políticas para as Mulheres na discussão desta Lei Municipal para regularizar este horário,  
66 pois se houver um diálogo com as políticas transversais de gênero, nós do CMDM podemos contribuir  
67 com estas discussões até para poder diminuir as denúncias. Sra. Cristina Rossi relata que para  
68 complementar o que a Elaine falou, quando pensamos nas CMEIs pensamos que as CMEIS são muito  
69 mais que um espaço para as crianças, pois quando as mães estão em situação de violência doméstica,  
70 não conseguem romper, pois quando conseguem um emprego não conseguem a creche. É um direito da  
71 mulher ter um acesso a renda pois isto tem um reflexo direto na violência doméstica. Rosalina diz que  
72 quer encaminhar isto para a Comissão de Educação e solicita que o CMDM faça ofício para o CMEL  
73 para garantir a participação de um representante do CMDM e um da SMPM na Comissão que está  
74 formulando a Lei Municipal que regulamentará o horário de funcionamento dos CMEIs de acordo com  
75 o estabelecido nas Leis Federais. Sugere também que a Comissão da Educação do CMDM estude o  
76 assunto e formule proposta para levar para as Conferências Estaduais e Nacional do Conselho da  
77 **Mulher. 2-Encaminhamentos para o processo da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as**  
78 **Mulheres** – Sra. Elaine informa que de 15 a 18/03/2016 teremos a Conferência Nacional de Políticas  
79 para as Mulheres relata que saiu o Decreto mas ainda não saiu o Regimento Interno. O município de  
80 Londrina tem uma Conferência vigente e acredita que fazer novamente uma Conferência ficaria mais  
81 difícil e portanto sugere que devemos pegar as propostas da Conferência Municipal, discutir e  
82 encaminhar para a Nacional e ao invés de fazermos outra Conferência Municipal e faríamos uma  
83 Conferência Macrorregional, pois tem municípios menores que querem participar e não tem condições  
84 de fazer uma conferência. Acha que deveremos pegar nossas propostas e fazer um estudo do que é  
85 estadual e federal e levar para a nacional e fazer uma plenária do CMDM para discutir as propostas e  
86 tirar um representante para a macrorregião. **3-Informe sobre a reestruturação do CEDM e da**  
87 **Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento da Violência Contra a Mulher** –  
88 Sra. Rosalina informa que o Conselho Estadual era subordinado à Secretaria de Justiça e Cidadania e  
89 com a reformulação da política do Estado o CEDM ficou vinculado na Secretaria do Trabalho e  
90 Desenvolvimento Social e aconteceu a 1ª reunião deste ano no dia 31/03. Relata que foi criado um  
91 Departamento para a Mulher dentro desta Secretaria e junto tem a Câmara Técnica que é o organismo  
92 que recebe recursos da Secretaria Nacional da Mulher. A Câmara Técnica tem que mobilizar os  
93 municípios para trabalhar os direitos da mulher e ficou definido que a próxima reunião será no dia  
94 27/04/2015. A política estadual para os direitos da mulher está sendo reformulada. Informa também que  
95 a Câmara dos Deputados aprovou novamente uma nova CPMI para apurar a violência no Paraná e foi  
96 informada que irá começar por Londrina, pois há um número muito alto de violência contra a mulher.



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 6ª reunião Ordinária

97 Sra. Marisse pergunta se esta mudança foi melhor para o Conselho Estadual e se foi discutido. Eric  
98 pergunta sobre os recursos do Pacto. Rosalina diz que não teria recursos específicos, e seria mais para  
99 estruturar as políticas para as mulheres a nível estadual. Os recursos para as mulheres que sabemos é o  
100 da Secretaria Nacional, não existe um repasse fixo, é por convênio e conforme aprovação de projetos.  
101 Elaine sugere para a próxima reunião do CMDM convidarmos a Sra. Tereza Beraldo Pereira que é  
102 responsável pela Coordenadoria de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado do Trabalho e  
103 Desenvolvimento Social, para que a mesma possa falar sobre a proposta da Secretaria quanto aos  
104 recursos e as diretrizes estaduais e também sobre o papel das regionais na articulação das políticas para  
105 as mulheres nas macrorregiões. Sra. Teresa diz que devemos trazer outros recortes para a saúde da  
106 mulher e não focar somente na maternidade. **4- Apresentação dos trabalhos das comissões –** Sra.  
107 Elaine solicita que as comissões apresentem o que foi feito. Sra. Lilian da Comissão de Saúde, relata  
108 que a comissão se reuniu no dia 04 e discutiram as propostas da Conferência. Fizeram encaminhamentos  
109 e vão repassar para o CMDM. Rosalina propõe que as comissões se reúnam e trabalhem para apresentar  
110 na próxima reunião, e assim montar um plano de ação. Considerando que o prazo para o  
111 encaminhamento das propostas para a Conferência da Saúde é até o dia 15, as ações da Comissão de  
112 Saúde serão apresentadas hoje e as outras comissões apresentarão na próxima reunião. Sra. Lilian leu as  
113 propostas de ação. Elaine também leu as propostas da SMPM e da Rede Feminista de Saúde que foram  
114 apresentadas na Pré-Conferência do segmento “Movimento de Mulheres”, preparatória para a 15ª  
115 Conferência Municipal da Saúde. Sra. Tereza irá encaminhar posteriormente mais uma proposta. As  
116 propostas foram aprovadas para serem levadas para a Conferência. **Informes:** Sra. Teresa informa sobre  
117 a questão indígena, que estão sendo retirados e informa que o cacique participou de uma reunião.  
118 Também questiona como ficou resolvido a questão da praça do Jd. Igapó, e solicita que a comissão  
119 retome as ações. Sra. Sônia Pereira informa que aconteceu uma oficina “soltem as suas vozes” para  
120 mulheres negras e jovens negras e nesta oficina foi decidido sobre a realização de um ato público sobre a  
121 realidade da violência doméstica, que será realizada na feira da região norte, no dia 10/05, em  
122 comemoração ao dia 13/05. Sra. Toninha parabeniza a Secretaria de Saúde sobre a campanha de  
123 prevenção do câncer de colo de útero e vacinação de HPV. Sra. Rosalina informa que dia 10 participou  
124 do lançamento da Marcha das Mulheres Negras, informa também que o prefeito de Londrina doou 2  
125 carros para a Patrulha Maria da Penha e sobre o projeto de criação de um cargo de assessor que atuará  
126 com as questões jurídicas na SMPM. Sra. Elaine diz que foi muito importante a participação do  
127 movimento de mulheres com estas conquistas e até o final do semestre a Patrulha Maria da Penha estará  
128 funcionando. Informa que de 25 a 29 de maio haverá capacitação da Guarda Municipal e dos policiais  
129 que atuarão na Patrulha, informa também sobre o lançamento do livro “Gênero e Políticas Públicas”.  
130 Sra. Teresa agradece o empenho do CMDM e a SMPM, da Sra. Rosalina e da Rede Feminista pelo  
131 apoio no lançamento da Marcha das Mulheres Negras. Nada mais havendo a tratar a presidente Rosalina  
132 Batista encerrou a reunião e eu, Patricia Raboni, 1ª secretária, lavrei a presente ata.  
133